

Um pedaço do mundo

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)



Até recentemente, o mundo era a soma dos países, agora, cada país é um pedaço do mundo; o mundo não é mais a soma de países soberanos, mas um sistema integrado deles. Os problemas passaram a ser planetários: mudanças climáticas, migração em massa, poder das big techs, crime organizado, internacionalização das cadeias de produção, pobreza, desemprego, inteligência artificial. Depois da radicalidade da globalização econômica e cultural, da disponibilidade das estatísticas globais com possibilidade de processá-las em computadores, das mudanças climáticas e depois da visão da Terra fotografada desde o espaço, já não faz sentido dizer “o que importa é meu país”. Não se justifica mais dizer “Amazônia é nossa e podemos queimá-la, pavimentá-la, explorar seu petróleo”. A Amazônia é nossa, mas temos uma responsabilidade para cuidar dela em nome da humanidade.

O mundo é um sistema de países, mas a política continua a decidir por país soberano, no máximo conversando entre eles, mas ainda com a visão de “o que importa é meu país”. O mapa mundi com forma de quebra-cabeça, onde cada país é uma peça, já não representa a realidade onde todos são partes do conjunto. A geografia tradicional deixou de representar a realidade social, econômica e cultural, mas

continua representando a realidade política. A geopolítica não representa a ecopolítica, mas ainda é a maneira de tomar decisões.

Antes, a Terra era questão de astrônomos e a humanidade, questão de filósofos. Agora, são temas do dia a dia, mas ainda não são questões políticas, porque eleitores e eleitos não votam para resolver problemas do mundo nem para fazer um mundo melhor no longo prazo; votam para seu país ser mais rico nos próximos anos, barando imigrantes para proteger privilégios e para aumentar a produção industrial, mesmo contra as gerações futuras. Cada país é um pedaço do mundo com futuro comum, mas cada eleitor vê o mundo como reunião de países independentes e o seu, como o centro, não um pedaço do planeta.

No seu livro *Minhas frases dos outros*, Thelio Queiroz Farias cita frase de Joaquim Nabuco: “O verdadeiro patriotismo é o que concilia a pátria com a humanidade”. Com mais de cem anos, essa frase ainda é um conceito de filosofia moral, não de prática política. Ao receber votos dos eleitores individualistas, nacionalistas e imediatistas, cada dirigente continua comprometido com seu país e com o imediato, não olhando o futuro do mundo. Não adianta propor um impossível governo do mundo. A maneira de combinar humanismo e democracia é definir valores morais de interesse da humanidade que imponham limites ao poder dos eleitores de cada país: a moral fica humanista, a política continua nacional.

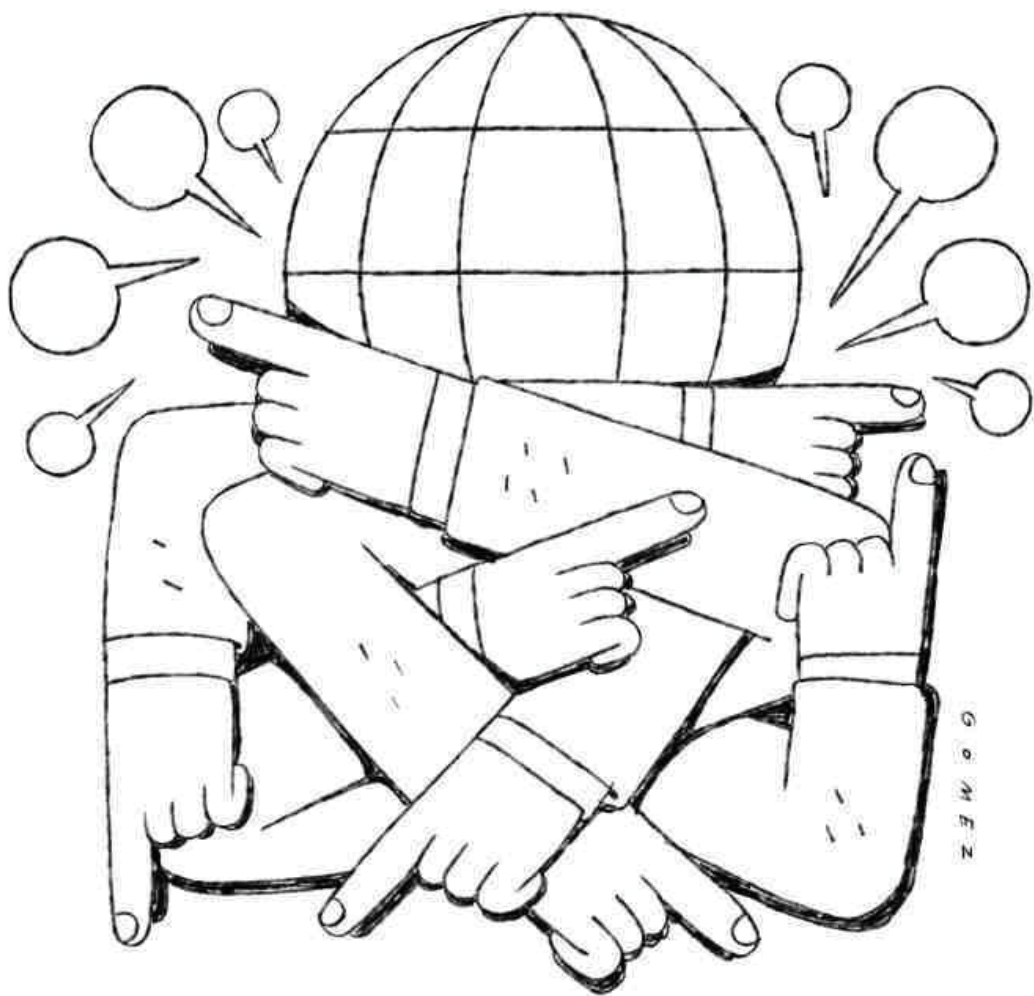
Essa é a importância das COPs, onde, apesar do nome ser Conferência das Partes, não do todo, diplomatas e militantes se reúnem para discutir o futuro do mundo, não de cada país isoladamente. Embora o acordo final deva ser aprovado e assinado conforme os interesses

específicos de cada país por seu respectivo governo, é possível ter otimismo com a COP 30 em Belém, no próximo novembro. Primeiro, porque o Brasil é o país que melhor representa ao conjunto da humanidade; segundo, porque temos um presidente que depende dos votos nacionais, mas tem sensibilidade para os problemas mundiais, inclusive por presidir um país retrato do mundo; terceiro, porque o presidente da COP 30 será um competente e respeitado diplomata com consciência dos problemas do mundo.

Em Belém, na COP 30, sob a liderança do presidente Lula, com competência do embaixador André Aranha Corrêa do Lago e com o prestígio da ministra Marina Silva, o Brasil tem a grande chance de ser o país de onde possa sair uma alternativa para o futuro da humanidade.

Para tanto, não devemos enfrentar os problemas do mundo sob a ótica do “o que importa é meu país, depois o resto”. Os países desenvolvidos devem entender que o padrão de consumo de suas populações é insustentável, ainda que construam muros e deixem os imigrantes morrendo do outro lado, e os países em desenvolvimento — inclusive Brasil, Índia, China, Nigéria — precisam perceber que cada um de seus ricos consome mais do que o consumo médio de cada habitante dos países ricos.

Até novembro, o Brasil precisa pensar como Nabuco e promover debates em escolas, universidades, clubes, associações, sindicatos, assembleias estaduais, câmaras municipais, o Brasil inteiro imaginando qual é o rumo que sugerimos para o futuro da humanidade, que ações tomar e do que estamos dispostos a abrir mão com a consciência de que somos um pedaço do mundo.



Sem pessoas trans, não há democracia

» SYMMY LARRAT
Secretária Nacional dos Direitos
das Pessoas LGBTQIA+, do
Ministério dos Direitos Humanos
e da Cidadania (MDHC)



Por que falar de visibilidade trans é importante para a democracia? O pleno exercício democrático é construído frente ao acesso a um conjunto de direitos que devem levar em consideração a diversidade de vozes, corpos e identidades políticas construídas ao longo da história do povo brasileiro. Quando pensamos a política pública ignorando essa multiplicidade, ferimos a democracia, pois invisibilizamos sujeitos e comprometemos a cidadania como um pilar fundamental para a participação social e política.

O Dia Nacional da Visibilidade Trans, celebrado nesta quarta-feira (29/1), é mais do que uma data para celebrar as nossas existências. É uma data para imprimir uma agenda de luta capaz de posicionar nossas demandas com centralidade na construção da política pública e da democracia.

Nossa trajetória é de resistência e luta. O 29 de janeiro é reflexo disso. Em 2004, ativistas travestis, transexuais e transgênero lançaram a primeira campanha nacional contra a transfobia, “Travesti e Respeito”, em parceria com o então Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, no Congresso Nacional, em Brasília. A iniciativa buscava sensibilizar educadores e profissionais da saúde e contou com a liderança da Associação Nacional de Travestis e Transexuais

(Antra) e de ativistas que, até hoje, seguem na defesa dos direitos das pessoas trans. Desde então, o Dia Nacional da Visibilidade Trans é celebrado anualmente.

Apesar dos avanços que conquistamos, as pessoas trans ainda sofrem com a exclusão e a perseguição de conservadores, o que impõe a necessidade de irmos além da visibilidade. Possuímos a menor expectativa de vida; temos o pior índice de acesso à escola e ao mercado de trabalho; e seguimos sendo alvo de discursos de ódio, como evidenciado nos cenários políticos recentes — vide os acontecimentos pós-posses do presidente republicano Donald Trump nos EUA.

Paradoxalmente, ainda estamos na vanguarda dos movimentos populares. Nossos mandatos no parlamento têm impulsionado pautas diversas e urgentes que a esquerda abandonou o protagonismo. Somos o embrião de uma sociedade mais humana, justa e igualitária.

Para a direita e a extrema-direita, nós somos o pecado que coloca em risco os costumes conservadores e a lógica patriarcal da família tradicional. Enquanto isso, para parte da esquerda, somos reduzidos a um movimento identitário. Ir além da visibilidade é construir tecnologias capazes de fortalecer a garantia de direitos às pessoas LGBTQIA+ e, consequentemente, ao povo.

Na Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, nosso exercício se fundamenta na formulação de estratégias que promovam ampla participação social, enfrentando as violências contra as pessoas LGBTQIA+ em diversas esferas sociais, culturais e políticas, tendo, ainda, a estratégia de trabalho digno como um marco fundamental para a superação da

vulnerabilidade imposta pelo “cistema” contra nossos corpos.

Como resultado dessas frentes de trabalho, realizaremos a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que, após nove anos pausada, será retomada em outubro de 2025, em Brasília. O tema do encontro será “Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”.

Além disso, seguiremos trabalhando com a marca “LGBTQIA+ Cidadania”, com entregas importantes às pessoas LGBTQIA+ no país por meio de ações de diferentes áreas do governo. Ao todo, são três programas estruturantes: Acolher+, voltado ao acolhimento de pessoas em situação de abandono ou violência; Empoderar+, que promove o trabalho digno e a geração de renda; e Bem Viver+, dedicado ao enfrentamento às violências nos territórios, garantindo direitos à população LGBTQIA+ do campo, das águas e das florestas.

Em um momento de crescente intolerância, violência e ódio contra as nossas existências, estruturar um conjunto de políticas públicas é fundamental. Somos pessoas detentoras de direitos que lutam para existir e não morrer. Como disse anteriormente, somos a vanguarda do movimento popular e a maior força para destruir um “cistema” excludente e patriarcal.

Políticas públicas de caráter popular e voltadas à igualdade e à equidade são instrumentos fundamentais para transformar a nossa realidade e consolidar uma sociedade verdadeiramente democrática e humana. Nossa missão é deixar nítido que: sem a presença das pessoas trans e de toda a população que constitui o Movimento LGBTQIA+, nenhuma revolução é possível, muito menos a democracia plena.

Prioridades e desafios tecnológicos em 2025

» FLORIANO PESARO
Diretor de Gestão Corporativa da
ApexBrasil



Chief information officer (CIO), ou diretor de informações, ocupa uma posição estratégica na gestão de tecnologia da informação (TI) e na transformação digital das organizações. No setor público, seu papel é ainda mais relevante, pois suas decisões afetam diretamente a eficiência dos serviços governamentais e a qualidade de vida dos cidadãos. O relatório 2025 CIO Agenda: Top Priorities and Technology Plans for Governments, da Gartner, apresenta um panorama claro das prioridades e dos desafios dos líderes de TI para o próximo ano.

De acordo com o estudo, os orçamentos de TI no setor público deverão crescer, em média, 3,2% em 2025. Entre as áreas prioritárias para investimento, estão a cibersegurança, que será ampliada por 89% dos entrevistados, inteligência artificial (IA), priorizada por 82%, e inteligência de dados, com 84% dos CIOs indicando aumento nos recursos destinados. Em contraste, tecnologias legadas, como data centers tradicionais, sofrerão cortes significativos, com 34% dos gestores planejando reduzir aportes nessas áreas. Essa redistribuição reflete a busca por modernização e eficiência.

A aplicação de novas tecnologias também é destaque, com plataformas de desenvolvimento low-code/no-code, inteligência artificial generativa e inteligência artificial convencional previstas para serem implementadas em 95% das organizações até 2027. Essas soluções têm o objetivo de agilizar processos e oferecer maior personalização nos serviços públicos, acompanhando as demandas dos cidadãos e melhorando a entrega de valor.

Quando se trata da escolha de fornecedores, os CIOs consideram critérios como o custo total de propriedade, apontado por 60% dos entrevistados como prioritário, inovação, citada por 55%, e o roadmap do produto, com 54%. Já os principais objetivos esperados com os investimentos em tecnologia incluem a melhoria da experiência do cidadão ou cliente e a conformidade regulatória, ambos citados por 93% dos líderes, além do aumento das margens operacionais, apontado por 89% dos participantes.

No contexto brasileiro, a ApexBrasil tem se destacado como um exemplo de instituição pública que utiliza a tecnologia para modernizar sua atuação. Sob a liderança do presidente Jorge Viana, a agência vem consolidando sua posição como referência em transformação digital. O programa Agência Digital, que prevê investimentos relevantes em 2025, exemplifica essa evolução. Com ações que vão desde a integração de sistemas até a automação de processos, a iniciativa busca aumentar a eficiência operacional, melhorar a experiência dos clientes e garantir um atendimento mais ágil e personalizado.

Entre os avanços promovidos pela ApexBrasil, destaca-se o piloto da Jornada Exportadora, que utiliza inteligência artificial para mapear e otimizar as etapas percorridas pelas empresas no processo de exportação. Essa iniciativa vai além da simples oferta de produtos digitais, propondo um acompanhamento contínuo e customizado para responder às necessidades específicas de cada cliente. Outro marco importante é a governança de dados, que está sendo fortalecida por meio de contratos com empresas especializadas, como Microsoft e Hyti, para aprimorar a qualidade das informações e permitir análises mais profundas e assertivas.

Sob minha responsabilidade como diretor de Gestão Corporativa e COO (Chief Operating Officer), a ApexBrasil tem trabalhado para implementar tecnologias emergentes que facilitem a tomada de decisão e aumentem a eficiência administrativa. Soluções como robôs de acessibilidade, automação de processos e inteligência artificial generativa têm transformado a forma como interagimos com nossos públicos-alvo, garantindo respostas mais rápidas e relevantes às demandas do mercado.

A aplicação de inteligência artificial na ApexBrasil também está transformando a maneira como as empresas acessam informações e tomam decisões sobre exportação. Ferramentas avançadas têm possibilitado a criação de algoritmos para prever tendências de mercado e oferecer recomendações personalizadas em tempo real, acompanhando as necessidades específicas dos exportadores. Além disso, a integração de dados internos e externos permite uma visão mais completa e confiável para apoiar as estratégias de internacionalização das empresas brasileiras.

A experiência da ApexBrasil demonstra que a transformação digital vai além da adoção de tecnologias avançadas. Trata-se de uma mudança de mentalidade, que exige o fortalecimento da governança, a integração de processos e o foco em resultados concretos para os cidadãos. Sob o comando de Jorge Viana, a agência tem mostrado que é possível inovar, modernizar e ampliar o impacto das políticas públicas, posicionando o Brasil como protagonista no mercado global.

O cenário traçado pela Gartner evidencia que os CIOs, assim como as lideranças de organizações como a ApexBrasil, têm um papel fundamental na construção de um futuro mais eficiente, inclusivo e orientado para resultados. A transformação digital não é apenas uma necessidade técnica, mas um compromisso estratégico com a inovação e o desenvolvimento sustentável.